

## PLANILHA DE SOLICITAÇÃO E DE RESPOSTA DE REVISÃO DE RTMs/PACs

País solicitante	Nº de Res. GMC	
<b>BRASIL</b>	RES. GMC Nº 12/2011- Regulamento Técnico Mercosul sobre Limites Máximos de Contaminantes Inorgânicos em Alimentos	
Data de Solicitação	Foro de origem Norma Mercosul	
<b>12/11/2014</b>	SGT Nº 3 –Comissão de Alimentos	
<b>Por o caso, anteriores Revisões da Res. GMC</b>		
Resoluções GMC Nº 102/94 e Nº 35/96		
<b>Indicar Pontos da Resolução a serem revisados</b>		
<p>Definir os resíduos nos quais os limites são aplicados</p> <p>Atualizar limites com as decisões do <i>Codex Alimentarius</i>, posteriores a sua publicação, e outras referências internacionais ou quando novos dados de ocorrência forem aportados pelos países que reflitam a realidade dos alimentos comercializados na região e que diferem dos limites atualmente adotados.</p>		
<b>Justificativa Científica e Técnica da Solicitação/Resposta</b>		
<p>Conforme a MERCOSUL/GMC/RES. Nº 103/94, que trata dos PRINCÍPIOS GERAIS PARA O ESTABELECIMENTO DE NÍVEIS MÁXIMOS DE CONTAMINANTES QUÍMICOS EM ALIMENTOS, os níveis máximos estabelecidos devem ser fundamentados em princípios científicos, ter como referência as normas, diretrizes ou recomendações da Comissão do <i>Codex Alimentarius</i>, União Européia, FDA ou outros organismos reconhecidos internacionalmente; considerar dados representativos da região sobre a incidência do contaminantes, considerar os alimentos de maior importância comercial entre os Estados Membros, considerando as possibilidades tecnológicas da região, entre outros.</p> <p>A MERCOSUL/GMC/RES. Nº 12/11, que trata do REGULAMENTO TÉCNICO MERCOSUL SOBRE LIMITES MÁXIMOS DE CONTAMINANTES INORGÂNICOS (arsênio, chumbo, cádmio, mercúrio e estanho) EM ALIMENTOS, possui algumas inconsistências, adicionalmente novas evidências científicas e dados justificam a sua revisão, conforme descrito abaixo.</p> <p>1. A norma define os limites máximos para contaminantes inorgânicos, isso pode gerar confusão quanto a aplicabilidade da norma, pois não define o resíduo a ser pesquisado (total ou inorgânico). O <i>Codex Alimentarius</i> define o resíduo a ser pesquisado. Abaixo quadro com o resíduo a ser pesquisado e o resíduo de interesse de saúde pública, conforme <i>Codex Alimentarius</i> e JECFA e comparação com o estabelecido na Resolução GMC nº 12/2011.</p>		
Resíduo definido pelo Codex	Resíduo para o qual foi estabelecida a ingestão tolerável	Observações (comparação com Resolução nº 12/2011)
Total quando não for mencionado	Arsênio inorgânico	No caso do arsênio, se houvesse o entendimento que o

arsênio inorgânico ou outra especificação		resíduo seria o arsênio inorgânico, conforme explicitado na norma, haveria a proteção à saúde do consumidor, embora pudesse haver dificuldade analítica na especificação do arsênio
Chumbo total	Chumbo Total	A interpretação que seria somente o inorgânico excluiria as formas orgânicas
Cadmio total	Cadmio total	A interpretação que seria somente o inorgânico excluiria as formas orgânicas
Estanho total	Estanho total	A interpretação que seria somente o inorgânico excluiria as formas orgânicas
Mercurio Total ou Metilmercurio dependendo do alimento	Mercurio Total ou Metilmercurio	A interpretação que seria somente o inorgânico excluiria as formas orgânicas. Isso seria grave, pois o Metilmercúrio (orgânico) formado em ambiente aquático é a forma mais tóxica, correspondendo apenas a uma pequena parcela do mercúrio encontrado nos peixes.

2. O Comitê de Contaminantes do *Codex Alimentarius* tem proposto e revisado diversos limites, especialmente de cadmio, chumbo e arsênio, em razão das últimas avaliações do JECFA, o que tornou alguns dos limites da resolução desalinhados com a referência internacional.
3. O Brasil foi contestado pelo Equador em razão do limite de cadmio em cacau, que resultaria em rechaços aos produtos daquele país. A Colômbia, alinhada com Equador, solicitou ao JECFA que conduzisse uma avaliação de exposição ao cádmium proveniente de cacau e produtos de cacau. O Resultado dessa avaliação (2013) foi que não haveria preocupação toxicológica com os atuais níveis de ingestão, mesmo em altos consumidores. Vale salientar que nessa avaliação foram consideradas amostras com níveis superiores aos estabelecidos na Resolução. Isso poderia abrir espaço para contestação dos limites propostos no Mercosul na OMC.

4. Alguns limites não condizem com os níveis de ocorrência encontrados nos produtos. A exemplo do limite proposto para chá, erva mate e outros vegetais para infusão que está abaixo do preconizado em referências internacionais. Adicionalmente ocorreram rechaços de produtos brasileiros e apreensões e inutilizações de produtos comercializados no Brasil em razão de resultados analíticos não conformes, evidenciando que os dados utilizados para a adoção do limite, não eram representativos da região. O setor produtivo do Brasil conduziu estudos de ocorrência de chumbo e cádmio em chá, erva mate e outros vegetais para infusão, mostrando que os limites que constam na Resolução nº 12/2011 estão fora da realidade do que é comercializado no Brasil e no mundo.

O Brasil solicita a revisão da legislação para que a norma não provoque confusão em relação ao resíduo no qual o limite se aplica, para que seja atualizada em relação à referência internacional, para que o Bloco não seja questionado junto a OMC e para que os valores propostos estejam condizentes com a realidade dos produtos comercializados nos países. Cabe informar que o aumento do limites para os chás, erva mate e infusões não trará qualquer prejuízo para o consumidor, pois os estudos e análises apresentados mostram que na infusão os resíduos geralmente estão abaixo do limite de detecção do método.

#### **Normas Internacionais de Referência**

Codex Alimentarius. Codex General Standard for Contaminants in Food and Feed (Codex STAN 193-1995).

Farmacopéia Européia

Normativa da União Européia que estabelece limites desses contaminantes